



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

ATA DA 11ª REUNIÃO DO SUBCOMITÊ DE DENÚNCIAS DO COMITÊ POP RUA
REALIZADA NO DIA 17 DE JUNHO DE 2026 (QUARTA-FEIRA) ÀS 15H00.

Data: 17 de junho de 2026

Horário: das 14h36 às 18h39

Duração: 4 horas 3 minutos e 6 segundos

Modalidade: Reunião virtual

PARTICIPANTES

- Josué Durval Aguiar Junior – SMDHC
- Maria Regina Lima – SMDHC
- Vanessa Correia Gomes – SMADS
- Alderon Costa – Fórum da Cidade de São Paulo
- Damiso Ajamu da Silva Faustino
- Mabel Andrade Garcia – AEB
- Luciana
- Daniel
- Érico

PAUTA

Recebimento, discussão e encaminhamento de denúncias relacionadas à Política Municipal para a População em Situação de calçada.

ABERTURA

A coordenação iniciou os trabalhos informando que a reunião possui caráter específico para o recebimento e encaminhamento de denúncias coletivas relacionadas à violação de direitos da população em situação de calçada, esclarecendo que denúncias de natureza individual devem ser direcionadas aos canais competentes da Ouvidoria Municipal.

Informou, ainda, que os demais subcomitês temáticos, como Zeladoria Urbana, Habitação e Saúde, encontram-se em funcionamento e que a reunião seria realizada independentemente do número reduzido de participantes presentes.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

Na abertura dos trabalhos, foi esclarecido que a reunião anterior do Subcomitê de Denúncias, realizada em 10 de abril de 2026, não registrou denúncias coletivas, razão pela qual não havia devolutivas a serem apresentadas.

Em seguida, o participante Damiso Ajamu da Silva Faustino informou não possuir novas denúncias a apresentar, porém questionou sobre a disponibilidade da ata da última reunião extraordinária do Comitê, especialmente em razão das manifestações registradas acerca da Operação Baixas Temperaturas (OBT), das tendas de acolhimento e das ações de zeladoria realizadas durante o período de baixas temperaturas.

A coordenação informou que a referida ata ainda se encontrava em elaboração e seria disponibilizada oportunamente no portal oficial.

Na sequência, representantes da sociedade civil retomaram denúncia anteriormente apresentada acerca da Operação Baixas Temperaturas, destacando a urgência dos encaminhamentos diante das condições climáticas e das dificuldades enfrentadas pelas pessoas em situação de calçada.

A coordenação informou que os encaminhamentos referentes às denúncias apresentadas estão sendo organizados para discussão no âmbito do Comitê Permanente da Operação Baixas Temperaturas, esclarecendo que ainda estavam sendo definidos os procedimentos formais para convocação desse colegiado.

Durante os debates, a representante Vanessa Correia Gomes, da Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS), esclareceu que a Operação Baixas Temperaturas possui caráter intersecretarial, envolvendo diferentes órgãos da Administração Municipal. Informou que cabe à SMADS parte da coordenação das ações, especialmente aquelas relacionadas às vagas de acolhimento, enquanto outras secretarias são responsáveis pelos serviços de alimentação, saúde, segurança pública, logística e demais frentes de atuação.

Também foi esclarecido que eventuais denúncias formais referentes à Operação Baixas Temperaturas devem tramitar por meio do Gabinete da Secretaria competente, possibilitando sua adequada apuração e a respectiva devolutiva institucional.

No decorrer da reunião, Damiso Ajamu da Silva Faustino apresentou questionamentos sobre a composição do Comitê Permanente da Operação Baixas Temperaturas e sobre a publicação do Plano de Contingência anual previsto na legislação municipal, ressaltando que, até onde tinha conhecimento, não havia sido disponibilizado documento específico referente ao exercício de 2026.

A coordenação informou que a composição do Comitê Permanente encontra-se formalizada pela Portaria SGM nº 82, de 29 de abril de 2026, publicada em 30 de abril de 2026, contendo representantes titulares e suplentes das diversas secretarias envolvidas na operação.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

Durante o debate, foi destacado que a sociedade civil possui interesse em ampliar sua participação nos processos de acompanhamento da Operação Baixas Temperaturas, especialmente no Comitê Permanente responsável por sua gestão.

A participante Mabel, representante do CTA 17/AEB, reiterou denúncia anteriormente apresentada acerca dos impactos decorrentes da Portaria nº 68, destacando dificuldades relacionadas ao fluxo de encaminhamento para vagas de acolhimento, aos deslocamentos excessivos dos beneficiários entre diferentes regiões da cidade e à desorganização na distribuição das vagas. Segundo relatado, essa situação vem ocasionando graves violações de direitos e significativo desgaste para beneficiários e organizações da sociedade civil.

Ainda segundo a participante, foram registradas dificuldades relacionadas à inexistência de banheiros e locais adequados para banho nas tendas de acolhimento da Operação Baixas Temperaturas, apontando tratar-se de uma necessidade básica ainda não contemplada de forma adequada.

Na sequência, o participante Alderon Costa, representante da Rede Rua, reforçou a importância da preservação da memória institucional do Comitê e da manutenção dos registros históricos das denúncias e encaminhamentos realizados em anos anteriores.

Também ressaltou que problemas estruturais observados na Operação Baixas Temperaturas permanecem recorrentes, citando questões relacionadas à qualidade da estrutura das tendas, à insuficiência de equipamentos, às filas de atendimento, à necessidade de ampliação da participação da sociedade civil no Comitê Permanente e à redução do número de tendas disponíveis em comparação aos anos anteriores.

Manifestou preocupação quanto à diminuição das vagas de acolhimento, ao fechamento de serviços e à insuficiência da estrutura disponível frente ao aumento da população em situação de calçada, alertando para os riscos agravados durante o período de baixas temperaturas.

Em complemento, Damiso Ajamu da Silva Faustino destacou a importância da publicação anual do Plano de Contingência da Operação Baixas Temperaturas, bem como do relatório referente ao exercício anterior, documentos considerados essenciais para subsidiar o controle social, o acompanhamento das políticas públicas e a formulação de recomendações pela sociedade civil.

Também sugeriu que equipamentos públicos já existentes e vinculados à Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania, especialmente aqueles que dispõem de serviços de banho, lavanderia e higiene, sejam incorporados ao fluxo oficial da Operação Baixas Temperaturas, ampliando a capacidade de atendimento.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

A representante Vanessa Correia Gomes informou que verificará internamente, junto ao Gabinete da SMADS, os documentos normativos existentes e os encaminhamentos necessários, comprometendo-se a colaborar com as devolutivas solicitadas.

Ao final dos debates, o participante Alderon Costa apresentou sugestão para retomada da planilha histórica de monitoramento das denúncias do Subcomitê, contendo o registro das manifestações recebidas, seus respectivos encaminhamentos e a situação atual de cada processo.

Também propôs que seja garantido espaço físico na Secretaria para que representantes da sociedade civil com trajetória de rua possam participar das reuniões virtuais quando enfrentarem dificuldades de acesso aos meios tecnológicos.

A coordenação informou que atualmente já existe essa possibilidade mediante solicitação prévia e registrou o compromisso de manter e fortalecer esse apoio institucional.

ENCAMINHAMENTOS DELIBERADOS

1. Encaminhar ao Comitê Permanente da Operação Baixas Temperaturas as denúncias e os apontamentos apresentados nesta reunião e na reunião extraordinária anterior.
2. Providenciar a apresentação do Relatório da Operação Baixas Temperaturas referente ao exercício de 2025 na próxima reunião ordinária do Comitê Pop Rua, possibilitando sua análise e discussão pelos conselheiros.
3. Verificar a situação do Plano de Contingência da Operação Baixas Temperaturas para o exercício vigente e apresentar esclarecimentos sobre sua vigência e abrangência.
4. Solicitar devolutiva institucional acerca da Portaria nº 68, especialmente quanto ao fluxo de vagas de acolhimento, à territorialidade dos beneficiários e à avaliação dos impactos observados na execução da política pública.
5. Registrar e encaminhar as denúncias referentes à insuficiência de vagas, à redução das estruturas de acolhimento, à necessidade de ampliação das tendas, à ausência de banheiros e locais para banho, bem como os demais apontamentos relacionados às condições de funcionamento da Operação Baixas Temperaturas.
6. Avaliar mecanismos para o fortalecimento da participação da sociedade civil nas discussões relacionadas à Operação Baixas Temperaturas, inclusive mediante convite às reuniões do Comitê Permanente, quando cabível.



SECRETARIA MUNICIPAL DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS PARA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA
SUBCOMITÊ DENÚNCIAS

Nada mais havendo a tratar, a coordenação agradeceu a participação de todos, reafirmou o compromisso com a organização dos registros e dos encaminhamentos apresentados e declarou encerrada a reunião às 18h39.